**A NOVA DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU RELATIVA AOS DIREITOS
DE AUTOR: RESPONSABILIDADE CIVIL NA INTERNET, DIREITOS
FUNDAMENTAIS E O RISCO À INOVAÇÃO**
**THE NEW EUROPEAN PARLIAMENT'S DIRECTIVE ON COPYRIGHT:
LIABILITY ON INTERNET, FUNDAMENTAL RIGHTS AND THE RISK TO
INNOVATION**
**LA NUEVA DIRECTIVA DEL PARLAMENTO EUROPEO RELATIVA A LOS
DERECHOS DE AUTOR: RESPONSABILIDAD CIVIL EN INTERNET, DERECHOS
FUNDAMENTALES Y RIESGO A LA INNOVACIÓN**

Akursio Ypiranga Benevides Júnior¹;

Desirée Emelly Gomes Nascimento ²;

Daniela Azevedo da Silva³;

Erika Santos Gomes⁴;

Prof. Dr. Raimundo Corrêa de Oliveira⁵

RECEBIBO 29/05/2019

APROVADO 30/06/2019

PUBLICADO 01/06/2019

Editor Responsável: Carla Caldas

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN: 2316-8080

DOI:10.16928

Akursio Ypiranga Benevides Júnior. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas, Especialista em Direito Público Pela Universidade do Estado do Amazonas; Bacharel em Design Pela Universidade Federal do Amazonas; Especialista em Design e Mercado pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail - acursiobenevides@gmail.com. Filiado à Universidade do Estado do Amazonas – UEA e ao Serviço nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2769-2663>.

CURRÍCULO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4387969H9>.

LATTES:

GOOGLE

ACADÊMICO: <https://scholar.google.com.br/citations?user=8NMU5J4AAAAJ&hl=pt-BR>

Desirée Emelly Gomes Nascimento. Bacharel em Engenharia Química e MBA em Gestão de Projetos, ambos pela Universidade do Estado do Amazonas. Email - ddgomes@uea.edu.br.

¹ Aluno de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica para Inovação - PROFNIT/Universidade do Estado do Amazonas: acursiobenevides@gmail.com.

² Aluna de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica para Inovação - PROFNIT/Universidade do Estado do Amazonas: ddgomes@uea.edu.br

³ Aluna de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica para Inovação - PROFNIT/Universidade do Estado do Amazonas: danibr@gmail.com

⁴ Aluna de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica para Inovação - PROFNIT/Universidade do Estado do Amazonas: erikasgomes1982@gmail.com

⁵ Professor Doutor do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica para Inovação - PROFNIT/Universidade do Estado do Amazonas: rcoliveira@uea.edu.br

Filiada à Universidade do Estado do Amazonas. ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-3117-7234>. Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/2517233076270087>. GOOGLE ACADÊMICO - <https://scholar.google.com.br/citations?hl=pt-BR&user=Zp-nBBsAAAAJ>

Erika Santos Gomes. Bacharel em Administração pela Universidade do Estado do Amazonas, Especialista em Gerenciamento de Projetos pela UNINORTE. E-mail – erikasgomes1982@gmail.com. Filiada à Universidade do Estado do Amazonas - UEA; Instituto Federal do Amazonas - IFAM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6367-1210>. CURRÍCULO LATTES <http://lattes.cnpq.br/7235545889432229>. GOOGLE ACADÊMICO: <https://scholar.google.com.br/citations?hl=pt-BR&user=HQoU-R4AAAAJ>

Daniela Azevedo Da Silva. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário do Norte (2011) e Processamento de Dados pela Universidade Federal do Pará (2003). Pós-graduação lato sensu em Gestão e Governança da Tecnologia da Informação (2017) pelo Centro Universitário do SENAC e em Tecnologias Educacionais (2006) pela UEPa. E-mail - danibr@gmail.com. Filiada à Universidade do Estado do Amazonas - UEA; SIDIA Instituto de Ciência e Tecnologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1521-2156>. CURRÍCULO LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0747634059006177>. GOOGLE ACADÊMICO: <https://scholar.google.com.br/citations?hl=pt-BR&user=LBAIX7AAAAAJ>.

Raimundo Corrêa de Oliveira. Graduação em Engenharia Elétrica Industrial pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia (1996), mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (2003) e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail - rcoliveira@uea.edu.br. Filiado à Universidade do Estado do Amazonas - UEA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5428-8762>. CURRÍCULO LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4633751809350086>. GOOGLE ACADÊMICO: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=list_works&hl=pt-BR&user=fNkX868AAAAJ.

RESUMO

O Parlamento Europeu aprovou, no dia 26 de março deste ano, a Diretiva Relativa aos Direitos de Autor no Mercado Único Digital, tema assertivo à propriedade intelectual, sua disponibilidade nas relações entre usuários de internet e questões relativas à responsabilidade civil perante suas violações. A Diretiva mostrou-se polêmica, principalmente no seu art. 13, em que pretende, em outras palavras, transformar a responsabilidade civil dos provedores e intermediários de conteúdo online em responsabilidade objetiva, independente de culpa, forçando uma necessidade de controle e filtragem permanente. Este artigo pretende responder às seguintes perguntas-problema: (1) quem são as partes interessadas e quais as motivações que levaram à existência da Diretiva? (2) o que propõe em termos de mudanças na responsabilidade civil na internet? (3) qual sua relação com direitos humanos fundamentais, dada a preocupação de tantos nomes relevantes? e (4) quais os possíveis impactos da Diretiva para a sociedade e mercado? Os resultados mostram que a polêmica configura-se no âmbito da relação entre propriedade intelectual, direitos fundamentais e tendências de incentivo à inovação.

Palavras-chaves: Direito de Autor. Copyright. Responsabilidade Civil. Internet

ABSTRACT

The European Parliament sanction on March 26 of this year the Copyright Directive in the Digital Single Market, the assertive theme of intellectual property, its availability in communications between Internet users and issues related to its civil liability. The Directive was controversial, especially in its art. 13, in which it intends, in other words, to transform the faultless liability of online content

providers and intermediaries into objective liability. (1) who are the stakeholders and what motivations have led to the existence of the Directive? (2) what the propose in terms of changes in civil liability on the internet? (3) what is its relation to fundamental human rights, given the concern of so many relevant names? and (4) what are the possible impacts of the Directive on society and the market? The results show that the controversy is in the scope of the relation between intellectual property, fundamental rights and tendencies of incentive to innovation.

Key words: Author Rights. Copyright. Liability. Internet

RESUMEN

El Parlamento Europeo aprobó el 26 de marzo de este año la Directiva del Parlamento Europeo y del Consejo relativa a los Derechos de Autor en el Mercado Único Digital, tema asertivo a la propiedad intelectual, su disponibilidad en las relaciones entre los usuarios de Internet y las cuestiones relativas a la responsabilidad civil ante sus violaciones. La de Directiva se mostró polémica, principalmente en su art. 13, en que pretende, en otras palabras, transformar la responsabilidad civil de los proveedores e intermediarios de contenido en línea en responsabilidad objetiva, independiente de culpa, forzando una necesidad de control y filtrado permanente. En este artículo se pretende dar respuesta a la siguiente pregunta-problema: (1) ¿Cuáles son los grupos de interés y cuáles son las motivaciones que conducen a la existencia de la Directiva? (2) lo que propone en términos de cambios en la responsabilidad civil en Internet? (3) cuál es su relación con derechos humanos fundamentales, dada la preocupación de tantos nombres relevantes? y (4) cuales son los posibles impactos de la Directiva para la sociedad y el Mercado? Los resultados muestran que la polémica se configura en el ámbito de la relación entre propiedad intelectual, derechos fundamentales y tendencias de incentivo a la innovación.

Palabras clave: Derecho de Autor. Copyright. Responsabilidad Civil. Internet

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Europeia aprovou, no dia 26 de março desde ano (SCHRANZ, 2019), a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho Relativa aos Direitos de Autor no Mercado Único Digital, tema assertivo à propriedade intelectual, sua disponibilidade nas relações entre usuários de internet e questões relativas à responsabilidade civil perante suas violações. Os eurodeputados votaram a favor da Diretiva apesar das advertências de alguns dos maiores nomes da internet e defensores das liberdades civis de que a lei prejudicaria a liberdade de expressão, enquanto fortalecia o poder das maiores empresas e a custos para *startups* europeias (RANKIN, 2018).

Samuelson (2018) afirma que, dentre os críticos está David Kaye, Relator Especial da ONU para a Liberdade de Expressão, Berners-Lee – criador da *World Wide Web* - Vint Cerf e 89 outros pioneiros da Internet expõem-se contra o polêmico art. 13 da Diretiva, controverso em pontos relacionados aos compromissos da União Europeia com os direitos humanos e a transformação da internet, de plataforma aberta para compartilhamento e inovação, em ferramenta para vigilância automatizada e controle de usuários.

A referida Diretiva causou polêmica também nos consumidores/usuários, empresas intermediárias de conteúdos – *Facebook e Google*, por exemplo – e aqueles denominados *edge providers*, que criam e disponibilizam conteúdos para usuários das plataformas *online*, como *digital influencers, youtuber e instagramers*. Um dos pontos D o artigo 13, da Diretiva, é que o mesmo propõe tornar as plataformas de compartilhamento de conteúdo, como o *Youtube*, responsáveis por violações de direitos autorais cometidas por seus usuários (KOTTASOVÁ, 2018).

Organizações da sociedade civil também se manifestaram contra o artigo 13 e, somados aos grandes nomes da internet, induziram a maioria do Parlamento Europeu a votar para dar mais atenção à diretiva do antes de desta ser finalizada (SAMUELSON, 2018), porque a norma traz questões relevantes ao debate e provoca preocupações sobre liberdade de expressão, democratização de meios e neutralidade da internet.

No Brasil, a celeuma europeia vem causando discussões na seara de produtores de conteúdos online. Basta digitar a expressão “artigo 13” em buscadores *online* como o *google* ou *bing*, e alguns vídeos de *youtubers* famosos são apresentados, expondo críticas à Diretiva. Todavia, há setores interessados no sucesso da Diretiva, como a grande mídia e os grandes detentores do poderio econômico autoral, os quais consideram que o a norma “garante mais direitos para os criadores de conteúdo, para que busquem remunerações mais justas das gigantes da internet que se beneficiam com a difusão do conteúdo por eles produzidos”(O GLOBO, 2018).

Vista essa perspectiva e considerando que a tendência europeia influencia debates políticos no mundo, este artigo objetiva expor tópicos do debate acerca do artigo 13 da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho Relativa aos Direitos de Autor no Mercado Único Digital e da responsabilidade civil dos provedores de internet com foco em temas relevantes para a questão, como liberdade de expressão, acesso à informação e neutralidade da internet, para responder às seguintes perguntas-problema: (1) quem são as partes interessadas e quais as motivações que levaram à existência da Diretiva? (2) o que propõe em termos de mudanças na responsabilidade civil na internet? (3) qual sua relação com direitos humanos fundamentais, dada a preocupação de tantos nomes relevantes? e (4) quais os possíveis impactos da Diretiva para a sociedade e mercado?

2. ASPECTOS INICIAIS DA INTERNET E DA DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU RELATIVA AOS DIREITOS DE AUTOR

Segundo estudos do Banco Mundial, 60.09% dos brasileiros estão inseridos na internet (WORLD BANK, 2017). Essa tendência vem crescendo desde o advento dos anos 2000 e, com ela, caminha a economia digital.

Em 2014, o e-PIB (Produto Interno Bruto gerado na internet) global já representa uma fatia 2,6%, sendo o brasileiro o 13º maior, com 0,9% de representatividade (FONSECA & LOPES, 2016).

Plataformas online de intermediação de conteúdo, como o *Youtube*, também lucram, assim como seus *edge providers*, que produzem conteúdos para o usuário final – seguidores. Em 2018, os dez maiores *youtubers* do mundo obtiveram um lucro somado de US\$ 180,55 milhões (ROBEHMED & BERG, 2018). Essa soma pertence somente aos lucros dos *youtubers* como geradores de conteúdo, não da empresa intermediadora.

“A atual legislação autoral, Lei 9.610/98, não dispõe a respeito da tutela dos direitos do autor no ciberespaço, permanecendo obsoleta neste sentido” (MOURA, 2018). Assim, o panorama brasileiro nacional, assim com no mundial, há este espaço doutrinários – de oportunidade de investigação e discussão – para ser desenvolvido com relação aos direitos autorais e os provedores de internet.

No que tange à Internet, é importante ressaltar a existência e as diferenças entre os denominados provedores. São eles os responsáveis pela criação de informações, sua disponibilização ou sua divulgação na rede virtual. Existem os provedores de acesso, que ligam o usuário à rede World Wide Web (WWW) e, para tanto, oferecem meios para o usuário entrar no ciberespaço, caracterizando um contrato de serviço. Os provedores de armazenamento de dados são os que armazenam conteúdo. Para tal feito, esses provedores “alugam” espaços em seus discos rígidos, a fim de manter os sítios de terceiros conectados à World Wide Web. Há, por último, os provedores de serviço, que englobam as funções dos provedores de armazenamento e de acesso, possibilitando, dessa forma, a entrada do usuário na rede e o repasse de informações (MOURA, 2018).

O processo de criatividade e desenvolvimento de tecnologias hoje vem sendo alterado pelas plataformas digitais, que também influencia o surgimento, assim como os seguimentos, de novos modelos de empresas, como as *startups*, “(COMISSÃO EUROPEIA, 2016), ensejando novas necessidades legislativas para uma readaptação da responsabilidade civil.

Ocorre que a tarefa é delicada, pois insere-se no campo dos direitos fundamentais à liberdade de expressão e às questões contemporâneas da democratização do acesso à informação como recurso para dignidade da pessoa humana em termos educacionais e informativos, exigindo adaptações ou exceções para evitar-se a censura ou oligopólios dos meios. No entanto, como surgiram novos tipos de utilizações, suscita-se a questão de saber se as

exceções ainda se encontram adaptadas para alcançar um justo equilíbrio entre os direitos e os interesses dos autores e de outros titulares de direitos, por um lado, e os usuários, por outro (COMISSÃO EUROPEIA, 2016).

3. O ARTIGO 13 DA DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU RELATIVA AOS DIREITOS DE AUTOR

Especificamente, o artigo 13º da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho Relativa a Direitos do Autor no Mercado Único Digital, contido no capítulo II, referente à utilização de conteúdos protegidos por serviços de linhas – internet –, traz a seguinte redação:

1. Os prestadores de serviços da sociedade da informação que armazenam e facultam ao público acesso a grandes quantidades de obras ou outro material protegido carregados pelos seus utilizadores devem, em cooperação com os titulares de direitos, **adotar medidas que assegurem o funcionamento dos acordos celebrados com os titulares de direitos relativos à utilização das suas obras ou outro material protegido ou que impeçam a colocação à disposição nos seus serviços de obras ou outro material protegido identificados pelos titulares de direitos através da cooperação com os prestadores de serviços.** Essas medidas, tais como o uso de tecnologias efetivas de reconhecimento de conteúdos, devem ser adequadas e proporcionadas (COMISSÃO EUROPEIA, 2016). **Grifo nosso.**

Nesse sentido, a Diretiva impõe aos provedores de conteúdo – que não são, necessariamente, quem produz conteúdo, mas quem os disponibiliza – o dever de observância de preservação dos direitos autorais de terceiros. É nessa relação material que se encontra grande parte do debate, primeiro, porque, entre custos tecnológicos, mercadológicos, judiciais e o cancelamento do oferecimento do serviço, a opção mais provável – ou menos custosa – é o cancelamento do oferecimento do serviço tal como é.

Nos últimos anos, vigorava, na comunidade Europeia, a Diretiva sobre Comércio Eletrônico (Diretiva 200/31/Comunidade Europeia) que, em seus artigos 12 a 15, isenta o provedor de responsabilidade, desde que, ao tomar ciência do conteúdo ilícito, bloqueie o acesso de seus usuários a esse conteúdo (MOURA, 2018).

Secção 4: Responsabilidade dos prestadores intermediários de serviços. Artigo 12º. Simples transporte. 1. No caso de prestações de um serviço da sociedade da informação que consista na transmissão, através de uma rede de comunicações, de informações prestadas pelo destinatário do serviço ou em facultar o acesso a uma rede de comunicações, **os Estados-Membros velarão por que a responsabilidade do prestador não possa ser invocada no que respeita às informações transmitidas, desde que o prestador: a) Não esteja na origem da transmissão; b) Não seleccione o destinatário da transmissão; e c) Não seleccione nem modifique as informações que são objecto da transmissão** (COMISSÃO EUROPEIA, 2000). **Grifo nosso.**

A diretiva protegia o provedor de conteúdo, desde que este não fosse o seu criador ou não o modificasse, isentando-o de responsabilidade civil, também sendo necessário que este

não seleccionasse o destinatário. Havia, assim, algumas condições para que o Estado-Membro da União europeia não responsabilizasse o provedor intermediário de conteúdo. Da mesma forma que não cobrava do mesmo intermediário a obrigação geral de vigilância sobre os conteúdos.

Secção 4: Responsabilidade dos prestadores intermediários de serviços. Art. 15º. Ausência de obrigação geral de vigilância. 1. **Os Estados-Membros não imporão aos prestadores, para o fornecimento dos serviços mencionados nos artigos 12.o, 13.o e 14.o, uma obrigação geral de vigilância sobre as informações que estes transmitam ou armazenem, ou uma obrigação geral de procurar activamente factos ou circunstâncias que indiquem ilicitudes.** 2. Os Estados-Membros **podem** estabelecer a obrigação, relativamente aos prestadores de serviços da sociedade da informação, de que informem prontamente as autoridades públicas competentes sobre as actividades empreendidas ou informações ilícitas prestadas pelos autores aos destinatários dos serviços por eles prestados, bem como a obrigação de comunicar às autoridades competentes, a pedido destas, informações que permitam a identificação dos destinatários dos serviços com quem possuam acordos de armazenagem. (COMISSÃO EUROPEIA, 2000). **Grifo nosso.**

Não obstante a ausência de obrigatoriedade de vigilância sobre o conteúdo transmitido, a Diretiva facultava aos Estados-Membros da União Europeia estabelecer deveres de informar as autoridades públicas violações legais, bem como o fornecimento das informações sobre os violadores. De maneira diferente, como visto, o artigo 13, da Diretiva, pretende autorizar aos Estados-Membros a responsabilizar civilmente os provedores intermediários.

O quadro 01 e seu respectivo gráfico (Gráfico 01) exteriorizam a perspectiva dos autores sobre a aderência dos assuntos tratados nos artigos com relação às questões da presente pesquisa, no intuito de facilitar a busca de possíveis investigações futuras.

A pesquisa apresenta que a atual Diretiva do Comércio Eletrônico da União Europeia, tal como nos Estados Unidos, vem oferecendo aos Provedores Intermediários de conteúdo um "porto seguro" de responsabilidade civil por infrações de usuários em que os provedores não tem conhecimento e controle (SAMUELSON, 2018).

De fato, o artigo 13 é o tópico mais controverso da nova Diretiva de 2016 (SAMUELSON, 2018), fato que torna sugestiva uma análise material da pesquisa para compreender as nuances da questão, que será realizada a seguir em síntese.

4. RESULTADOS ARGUMENTATIVOS DOS DADOS REVISADOS.

O exercício hermenêutico como esforço interpretativo sobre a norma do artigo 13 da Diretiva será exposto, em síntese, dividido para responder às perguntas-problema da pesquisa:

(1) Das Partes Interessadas e Motivações; (2) Da responsabilidade Civil dos Provedores de Internet; (3) Da relação com os Direitos Fundamentais; e (4) Dos Impactos.

4.1 Das Partes Interessadas e Motivações

No que tange às partes interessadas na validação da Diretiva, fazem parte organizações da indústria musical convidando a nova administração a reformar o sistema de “portos seguros” (COLANGELO; MAGGIOLINO, 2018). Do lado de quem não quer aprovação, estão os provedores e intermediários de conteúdo online, assim como usuário, inclusive, que disponibilizam conteúdos. Essas organizações, como editores, gravadoras e estúdios de cinema, estão lutando com novos intermediários, como provedores de serviços online, plataformas e empresas de entrega digital; o que eles estão realmente brigando é quem come o “maior pedaço de torta” (LITMAN, 2018).

As organizações tradicionais do mercado cultural estão indignadas com o fato de que provedores de serviços e plataformas estão coletando uma grande parte das receitas obtidas por obras protegidas por direitos autorais, e inventaram a expressão “lacuna de valor”, para descrever como os novos intermediários têm muito poder de barganha e acabam negociando taxas de licenciamento mais baixas do que as organizações tradicionais acreditam. Nesse caso, a justificativa para a intervenção política seria baseada na responsabilidade pelas ações dos usuários em oposição à eficiência ou equilíbrio entre inovação e dano (FROSIO, 2018), findando, como foco principal a disputa política, não um interesse no aprimoramento do sistema de direitos autorais.

Assim, é improvável que a resposta mude significativamente o ecossistema de direitos autorais, pois esse debate é menos convincente do ponto de vista teórico ou político do que muitos outros problemas enfrentados pelo sistema de copyright (LITMAN, 2018) e essa é apenas uma das questões controversas relacionadas à motivação, existindo outras, como a questão da “necessidade” de monitoramento e filtragem.

O artigo 13 da Diretiva impõe uma obrigação geral de monitoramento, já que requer o monitoramento das atividades de todos os usuários. (STALLA-BOURDILLON et al., 2017), não obstante o Tribunal de Justiça da União Europeia já ter observado que um sistema de filtragem violaria o direito de proteger os seus dados pessoais e a liberdade de receber ou transmitir informações que os utilizadores têm nos termos dos artigos 8.º e 11.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, não garantindo um equilíbrio entre proteção de

direitos de propriedade intelectual e liberdade de conduzir negócios, proteção de dados pessoais e liberdade de transmitir informação (COLANGELO; MAGGIOLINO, 2018).

Essas questões levantam a polemica sobre ausência de motivações racionais e bem intencionadas relativas aos direitos autorais, principalmente porque a referida “lacuna de valor” não existe. A narrativa que a Internet representa uma ameaça e não do uma oportunidade para os atores da indústria não encontrar confirmação nem é apoiada por evidências empíricas ou dados científicos; pelo contrário, houve aumento nos lucros para a indústria musical nos EUA e na Europa graças à exploração on-line através de plataformas de streaming (COLANGELO; MAGGIOLINO, 2018).

4.2 Da responsabilidade Civil dos Provedores de Internet e Intermediários de Conteúdo

A Diretiva impõe novas obrigações de controlo aos fornecedores de serviços Internet, agravando assim o seu regime de responsabilidade (COLANGELO; MAGGIOLINO, 2018). Se o objetivo do serviço é fornecer acesso a conteúdo protegido por direitos autorais enviados pelos usuários e ele organiza e promove esses envios para fins lucrativos, o serviço não será mais protegido, mas sujeito à responsabilidade (SAMUELSON, 2018).

Pretende-se limitar o “porto seguro” do qual os provedores intermediários têm beneficiado até agora, para melhor proteger e remunerar os titulares de direitos contra os piratas digitais (COLANGELO; MAGGIOLINO, 2018). Os excessos do artigo 13 levaram a Comissão a excluir da regra da responsabilidade, especificamente, enciclopédias on-line, como Wikipedia, repositórios de materiais científicos ou educacionais carregados por seus autores, repositórios de software de código aberto, serviços em nuvem, cyberlockers e mercados envolvidos em vendas de cópias digitais on-line (SAMUELSON, 2018), e, não obstante o esforço, a polêmica sobre o perigo do controle e da filtragem persiste.

A Diretiva pretende migrar de um regime de responsabilidade por culpa a um regime de responsabilidade objetiva (COLANGELO; MAGGIOLINO, 2018), em outros termos, sugere que a responsabilização independa de ações ou omissões do provedor ou intermediário, mas apenas que se identifique certos elementos para a configuração da responsabilidade, como nexos causal e dano ao detentor de direito autoral. Tal postura é, no mínimo, arriscada em matéria de direitos fundamentais, com será exposto a seguir.

4.3 Da relação com os Direitos Fundamentais

Os direitos da propriedade intelectual sofrem limitações de interesse público importante que garantem a salvaguarda de direitos fundamentais, como liberdade de expressão e informação (GEIGER; FROSIO; BULAYENKO, 2018), principalmente no campo dos Intermediários da Internet, os quais desempenham um papel crucial na liberdade de expressão e comunicação das pessoas em todo o mundo. (FROSIO, 2018).

A proibição das obrigações de vigilância geral da Diretiva vigente é um meio alcançar o incentivo à inovação, essencial para o florescimento do Mercado Único Digital, e a proteção dos direitos fundamentais de todos os utilizadores da Internet, em especial, os seus artigos 7.º e 8.º, artigos 9, 10 e 14 da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais e o requisito do devido processo legal, que estabelece as bases de qualquer sociedade democrática (STALLA-BOURDILLON et al., 2017).

Em sua forma atual, o Artigo 13 dá prioridade aos direitos autorais sobre os interesses dos usuários na privacidade da informação e liberdades fundamentais. (SAMUELSON, 2018). Assim, são identificados três importantes conjuntos de problemas éticos, a (1) organização e o gerenciamento do acesso à informação, (2) a censura e a liberdade de expressão e (3) a privacidade dos usuários (FROSIO, 2018).

Fatores econômicos e políticos também são impactados, pois a capacidade de pesquisar dados também tem implicações muito importantes para a economia europeia, a participação democrática e do direito dos cidadãos à informação (GEIGER; FROSIO; BULAYENKO, 2018), expondo o contrassenso do artigo 13 da Diretiva, pois um dos princípios básicos e fundamentais da lei de direitos autorais é que os dados não são protegidos; os direitos autorais protegem apenas a forma criativa, não a informação incorporada na obra protegida (GEIGER; FROSIO; BULAYENKO, 2018).

4.4 Dos Impactos

É duvidoso se a Diretiva é coerente com a interpretação da noção de comunicação ao público fornecida pela jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e com o “porto seguro” garantido pela diretiva relativa ao comércio eletrônico (COLANGELO; MAGGIOLINO, 2018), o que pode causar insegurança jurídica. Ainda, as soluções propostas parecem modestas e improváveis de causar melhorias significativas (LITMAN, 2018).

Para Frosio (2018), sobre a questão da filtragem, transferir a regulação e a adjudicação de direitos da Internet a atores privados (provedores) coloca em risco os direitos fundamentais, como liberdade de informação, liberdade de expressão, liberdade de negócios

ou um direito fundamental ao acesso à Internet, e mais, ao alistar intermediários on-line como câes de guarda, os governos delegariam de fato a aplicação on-line a ferramentas algorítmicas e o devido processo e as garantias fundamentais são prejudicados pela aplicação da tecnologia, restringindo os usos justos do conteúdo on-line e silenciando o discurso de acordo com o discurso ético predominante.

No âmbito do impacto ao incentivo à inovação e à proliferação de *startups*, estudos recentes relataram que as tecnologias de filtragem não apenas oferecem altos custos que seriam insustentáveis para *startups* e pequenos provedores, mas também têm uma eficácia limitada, pois são fáceis de contornar (COLANGELO; MAGGIOLINO, 2018).

Stalla-Bourdillon et al (2017) assevera que a proibição da obrigação de monitoramento é essencial para: preservar a segurança jurídica e garantir que os atores privados ainda recebam uma mensagem clara; incentivar a inovação e garantir que meios automatizados, como as tecnologias de triagem, não atuem como uma barreira à entrada; e a proibição das obrigações de monitoramento geral é uma salvaguarda fundamental contra as violações dos direitos humanos de todos os usuários da Internet.

Para Senftleben et al. (2017) é improvável que a nova legislação proposta apoie uma imprensa livre e pluralista, mas pode impedir uma reconfiguração da concorrência no setor editorial que poderia reduzir os custos de busca de informações e melhorar a infraestrutura de informações para a sociedade como um todo. Acredita-se que faltou, aos formuladores da Diretiva, a inclusão de representantes mais diversos da sociedade civil para elevar as opiniões de grupos variados afetados (LI, 2018).

5. A Responsabilidade Civil das Plataformas de Intermediação Autor-Público na União Europeia e possíveis influências para a legislação e política brasileira.

O artigo 13 pretende substituir a disposição da Diretriz de Comércio Eletrônico existente que, atualmente, protege as plataformas on-line contra penalidades de direitos autorais, desde que o conteúdo seja exibido por um usuário. Com a imposição do artigo 13, a execução de todo o conteúdo por meio de um filtro de direitos autorais antes de ser carregado seria imensamente pesado e caro, especialmente para plataformas menores (BERNERS-LEE, 2018), e para *startups*, prejudicando o incentivo à inovação.

Um ponto relevante é que, em muitos casos, essa pré-disposição ao controle das informações já existe e, na plataforma do *YouTube*, se chama *Content ID*, uma ferramenta da Google própria para controle de proprietário de direitos autorais. Os vídeos enviados ao

YouTube são verificados em relação a um banco de dados de arquivos enviados ao Google pelos proprietários do conteúdo, desta maneira, os proprietários escolhem o que acontece com o conteúdo, podendo, inclusive, manter sua veiculação para monetizar seus *views* – contabilidade por visualizações de usuários – recebendo dinheiro por isso (GOOGLE, 2019).

Esta é uma situação que, em tese, seria o suficiente para impedir a aprovação do tópico 1 do artigo 13 da Diretiva, pois este estaria regulando algo para uma realidade mais primitiva da relação consumidor – provedor – autor que já ocorre. Ainda, há uma ameaça à criatividade e liberdade artística e autoral dos últimos anos, um incentivo à possível espécie de pré-censura realizada pelos provedores de conteúdos frente a quem disponibiliza-os e, conseqüentemente, menor pluralidade de pessoas envolvidas e um leque menor de diversidade de conteúdo e acesso.

Como disse Tim Berners-Lee (2018), o artigo 13 pode transformar "a internet de uma plataforma aberta para compartilhamento e inovação, em uma ferramenta para a vigilância e controle automatizados de seus usuários", na contramão das tendências mundiais de compartilhamento, democratização dos meios e liberdade de expressão, passíveis, inclusive, de influenciar políticas em países há expressiva concentração de oligopólios econômicos, como o Brasil.

A responsabilidade civil, no Brasil, encontra-se prevista na Lei Nº 10.406/2002 – Código Civil –, em seu art. 927: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

O art. 186 possui a redação “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. O art. 187, por sua vez assegura que “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

No Brasil, o tema da responsabilidade civil dos provedores intermediários de conteúdo é nortado pela lei Lei Federal Nº 12.965, de 2014 – Marco Civil da Internet – em seu artigo 19, *in verbis*:

Art. 19. Com o intuito de **assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura**, o provedor de aplicações de internet **somente poderá ser responsabilizado civilmente** por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros **se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.** [...] § 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal

específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal (BRASIL, 2014).

O referido artigo expressa máximo respeito aos ditames constitucionais de liberdade de expressão e repúdio à censura, conforme o art. 5º, IV da Carta Magna de 1988 em instituir que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” em seu inciso IX, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

O texto também direciona a discussão sobre possíveis infrações do direito de autor para previsão legal específica, com o dever de respeitar a temática constitucional da liberdade de expressão. A norma nacional que versa sobre violação do direito de autor e conexos consta no art. 105, da Lei Nº 9.610/98.

Art. 105. A transmissão e a retransmissão, por qualquer meio ou processo, e a comunicação ao público de obras artísticas, literárias e científicas, de interpretações e de fonogramas, **realizadas mediante violação aos direitos de seus titulares**, deverão ser imediatamente suspensas ou interrompidas pela autoridade judicial competente, sem prejuízo da multa diária pelo descumprimento e das demais indenizações cabíveis, independentemente das sanções penais aplicáveis; caso se comprove que o infrator é reincidente na violação aos direitos dos titulares de direitos de autor e conexos, o valor da multa poderá ser aumentado até o dobro.

A Lei 12.965/2014 e a 9.610/98 são de uma época de política internacional em que a União Europeia também expunha a mesma diretriz. Com a nova proposta, é possível que essa política também se faça discutida no Congresso Nacional brasileiro, a fim de atender a interesses setoriais específicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa expõe que a responsabilidade civil dos provedores de internet e intermediários de conteúdo online é um tema que diz respeito tanto à propriedade intelectual, no campo dos direitos autorais – *copyright* –, quanto aos direitos fundamentais, o incentivo à inovação e à economia. Quaisquer discussões acerca do tópico em questão necessitam ser construídas por um complexo de atores solidários com os impactos da política pública.

Da forma que está o artigo 13 da Diretiva Proposta de do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos direitos de autor no mercado único digital, de fato, cria-se um ambiente polêmico e contraditório para a internet e a economia online e, a substituição de uma responsabilidade civil por culpa, para uma responsabilidade civil objetiva, para os provedores e intermediários de serviços online, não parece harmonizar com as tendências dos direitos fundamentais a nível internacional.

O art. 13 da Diretiva também não parece favorecer o impulso crescente do incentivo à inovação, à criatividade e o desenvolvimento de *startups* no mercado europeu, principalmente em questões relacionadas ao comércio eletrônico e a criação do mercado único digital, centro da proposta, da mesma maneira que não parece uma saída para resolver questões relativas aos direitos autorais, pois não foca no mérito principiológico da propriedade intelectual, mas na responsabilização e no monitoramento, sempre destinados à terceiros não criadores de conteúdo; não focando, todavia, nas questões relacionadas às obras e criações oriundas do espírito humano, objeto da proteção do direito de autor e conexos.

Em resumo, o artigo 13 macula a suposta intenção da Diretiva de aprimorar o sistema de direitos autorais na União Europeia, de criação do mercado único digital e será não só um retrocesso em matéria de democratização do acesso e uso da internet, mas um exemplo negativo para os demais sistemas políticos democráticos ao redor do mundo, como ao Brasil, às pequenas economias criativas e ao incentivo à inovação.

REFERÊNCIAS

BERNERS-LEE, Tim. The web can be weaponised – and we can't count on big tech to stop it. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/mar/12/tim-berners-lee-web-weapon-regulation-open-letter>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Constituição da República de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. **LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

COLANGELO, G.; MAGGIOLINO, M. ISPs' copyright liability in the EU digital single market strategy. **International Journal of Law and Information Technology**, v. 26, n. 2, p. 142–159, 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. **Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos direitos de autor no mercado único digital**. Bruxelas. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal->

content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0593.

COMISSÃO EUROPEIA. **DIRECTIVA 2000/31/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 8 de Junho de 2000 relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrônico no mercado interno** («Directiva sobre comércio electrónico»), 2000. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32000L0031&from=PT> Acesso em: 20 de dezembro de 2018

FONSECA, A. N.; LOPES, L. **Estudo comparativo sobre comércio eletrônico nas pequenas e médias empresas no Brasil e União Europeia**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Brasília, 2016.

FROSIO, G. F. Why keep a dog and bark yourself? From intermediary liability to responsibility. **International Journal of Law and Information Technology**, v. 26, n. 1, p. 1–33, 2018.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 1, p. 183–184, 2014.

GEIGER, C.; FROSIO, G.; BULAYENKO, O. Text and Data Mining in the Proposed Copyright Reform: Making the EU Ready for an Age of Big Data?: Legal Analysis and Policy Recommendations. **IIC International Review of Intellectual Property and Competition Law**, v. 49, n. 7, p. 814–844, 2018.

GOOGLE, 2019. **Como funciona o Content ID**. Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2797370?hl=pt-BR>. Acesso em 19 de Janeiro de 2019.

KOTTASOVÁ, Ivana. Europe just approved new copyright rules that could change the internet. **CNN Business**, 2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/09/30/tech/eu-copyright-law/index.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

LI, T. **Beyond Intermediary Liability: The Future of Information Platforms Workshop Report**. Information Society Project. Yale Law School, 2018.

LITMAN, J. What We Don'T See When We See Copyright As Property. **Cambridge Law Journal**, v. 77, n. 3, p. 536–558, 2018.

MOURA, Raquel Giovanini de. Responsabilidade civil dos provedores quanto a violação dos direitos autorais na internet. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 26 mar. 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.590494&seo=1>. Acesso em: 07 fev. 2019.

O GLOBO. **Parlamento Europeu aprova reforma na lei de direitos autorais: Novas regras forçam empresas de tecnologia a pagar mais por conteúdo, mas pode limitar a liberdade de expressão nos países do bloco.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/parlamento-europeu-aprova-reforma-na-lei-de-direitos-autorais-23061904>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

RANKIN, Jennifer. EU votes for copyright law that would make internet a 'tool for control'. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/jun/20/eu-votes-for-copyright-law-that-would-make-internet-a-tool-for-control>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

ROBEHMED, Natalie; BERG, Madeline. 10 YouTubers Mais Bem Pagos de 2018. **Forbes**, 2018. Disponível em: <https://forbes.uol.com.br/listas/2018/12/10-youtubers-mais-bem-pagos-de-2018/#foto10>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

SAMUELSON, P. The EU's controversial digital single market directive. **Communications of the ACM**, v. 61, n. 11, p. 20–23, 2018.

SCHRANZ, John. European Parliament approves new copyright rules for the internet. **European Parliament News**, 2019. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20190321IPR32110/european-parliament-approves-new-copyright-rules-for-the-internet>. Acesso em 26 de março de 2019.

SENFTLEBEN, M. et al. New Rights or New Business Models? An Inquiry into the Future of Publishing in the Digital Era. **IIC International Review of Intellectual Property and Competition Law**, v. 48, n. 5, p. 538–561, 2017.

STALLA-BOURDILLON, S. et al. An academic perspective on the copyright reform. **Computer Law and Security Review**, v. 33, n. 1, p. 3–13, 2017.

WORLD BANC GROUP. Individuals using the Internet. **World Banc**, 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?locations=BR&view=map>.